

Impactos socioeconômicos do reassentamento de famílias pelo Promaben em Belém (PA)

Socioeconomic impact of families' resettlement by Promaben in Belém, Pará

Aricarla Batista de Oliveira*
Joana Valente Santana**

Resumo – Este estudo analisa os impactos socioeconômicos na vida das famílias reassentadas no Residencial Antônio Vinagre pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben), na cidade de Belém (PA). Com base no método dialético, a pesquisa contou com levantamento bibliográfico e documental, além de pesquisa de campo, a qual investigou 52 moradores reassentados para o referido residencial, correspondendo a 49,52% do total de famílias reassentadas. Os resultados da pesquisa apontam para a *desarticulação nas estratégias de sobrevivência dos moradores, expressas nas variáveis: aumento de taxas de energia e água, aumento do custo de vida e perda das atividades de trabalho*. O reassentamento não alterou a condição de subalternidade do morador trabalhador, pois apenas a alteração do lugar de moradia dos trabalhadores não modifica sua condição de sobrevivência enquanto classe trabalhadora.

Palavras-chave: reassentamento de famílias; impactos socioeconômicos; desarticulação das estratégias de sobrevivência; Promaben.

Abstract – This study analyzes the socioeconomic impacts on the lives of families resettled at the Residencial Antônio Vinagre by the Estrada Nova River Basin Sanitation Program (Promaben), in the city of Belém, Pará. Based on the dialectical method, the research had a bibliographical and documentary survey, as well as field research, which investigated 52 residents resettled to the referred residential area, corresponding to 49.52% of the total resettled families. The results of the research point to the disarticulation in the survival strategies of the residents, expressed in the following variables: increase of power and water rates, increase in the cost of living, and loss of work activities. Resettlement did not change the status of subalternity of the working dweller, since only the change in the place of residence of workers does not modify their condition of survival as a working class.

Keywords: resettlement of families; socioeconomic impacts; disruption of survival strategies; Promaben.

* Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Tucuruí (PA). *Correspondência:* Travessa Curuzu, Vila Santa Maria, n. 58, Fátima – Belém – PA. CEP: 66.085-500. *Email:* <aricarlaoliveira@gmail.com>.

** Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). *Correspondência:* Avenida Gentil Bittencourt, 1990/803, São Brás – Belém – PA. CEP: 66.063-018. *Email:* <joanavalente@ufpa.br>.

Introdução

O presente artigo buscou analisar os impactos socioeconômicos na vida das famílias reassentadas no Residencial Antônio Vinagre pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben), na cidade de Belém (PA)¹.

Entende-se que o espaço urbano reflete a divisão social do trabalho sob a dinâmica capitalista, onde se concentram as condições de reprodução do capital e se materializam as lutas de classes (ENGELS, 2010; LOJKINE, 1997). Essa contradição entre capital/trabalho tende a configurar enormes rebatimentos para as frações da classe trabalhadora, entre elas a produção de moradias precárias, que, somadas à dinâmica de expansão das cidades e às limitadas ações estatais, no que se refere ao atendimento das condições de reprodução social, refletem a produção segregada e desigual do espaço urbano (ENGELS, 2015; LOJKINE, 1997; MARICATO, 2011).

A Prefeitura Municipal de Belém (PMB) implementou a intervenção urbanística denominada Portal da Amazônia, um programa de intervenção em andamento desde 2005, que abrange dois projetos: o Orla e o Promaben. Este programa tem como objetivos “contribuir para resolver os problemas socioambientais que afetam os habitantes da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova² (BHEN), no Estado do Pará” (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2009b, p. 1), mediante ações de saneamento nas áreas residenciais às margens dos cursos d’água. Isso inclui a melhoria das condições ambientais, de saúde e de moradia da população envolvida no programa, o que requer o reassentamento³ de cerca de 1.100 famílias e aproximadamente 150 microempresas familiares, a ser realizado em toda área de abrangência do Promaben⁴. Até o mês de junho de 2016, 105 famílias haviam sido reassentadas para o Residencial Antônio Vinagre⁵ (BELÉM, 2016).

A pesquisa procurou verificar, na particularidade do processo de remoção ao Residencial Antônio Vinagre pelo Promaben, *as condições socioeconômicas das famílias reassentadas, especialmente quanto à questão do trabalho e da renda; situação de moradia; situação de serviços públicos;*

¹ O artigo é parte constitutiva dos resultados da Dissertação de Mestrado defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

² Segundo Cardoso (2009), a cidade de Belém possui 449 assentamentos precários, localizados em 48 bairros, com aproximadamente 165.400 moradias que se encontram em situação de precariedade habitacional, representando 52% das unidades habitacionais no município. A BHEN, área onde ocorre a intervenção do Promaben, apresenta 62 assentamentos precários nos nove bairros de influência direta e indireta da Bacia.

³ O reassentamento compreende a “remoção de pessoas para outro terreno, fora do perímetro da área de intervenção”, como é o caso das famílias objeto deste estudo, reassentadas no Residencial Antônio Vinagre (DENALDI, 2009, p. 116).

⁴ Os recursos do programa equivalem a US\$ 137.500.000,00, sendo metade financiada pelo BID (US\$ 68.750.000,00) e a outra metade pela Prefeitura de Belém (contrapartida do Município) (US\$ 68.750.000,00) (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2009a).

⁵ O Residencial Antônio Vinagre localiza-se no Bairro do Marco, a aproximadamente 7,5 km de distância do Bairro do Jurunas, de onde as famílias foram retiradas. Possui 126 unidades habitacionais, organizadas em 10 blocos de apartamentos. Segundo informações da Prefeitura de Belém, restam apenas 21 unidades vazias, que estão destinadas a famílias que ainda serão reassentadas da área de intervenção da Bhen (BELÉM, 2016).

*participação política e percepção do morador*⁶. O procedimento metodológico foi realizado a partir do levantamento bibliográfico, documental e de campo⁷ junto aos moradores reassentados⁸.

Os resultados da pesquisa serão apresentados a partir de duas seções: a primeira aborda a *Cidade capitalista e a Questão da habitação*, discutindo a produção do espaço urbano, a questão da habitação da classe trabalhadora e o direito à cidade. A segunda trata dos *Impactos socioeconômicos nas estratégias de sobrevivência das famílias reassentadas pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben)*, além das considerações finais.

1 Cidade capitalista e a questão da habitação

A formação do espaço urbano, enquanto produto das relações capitalistas, tem como pressuposto a moradia precária para além de sua insuficiência e/ou ausência, mas como expressão da questão social que abrange as condições de reprodução social, para a sociedade e, especialmente, para as frações da classe trabalhadora. Isso porque é no espaço urbano que se concentram as condições de reprodução do capital e se materializam as lutas de classes, expressando as maiores consequências e contradições entre capital/trabalho (LOJKINE, 1997).

Para Engels (2010, 2015), é na cidade onde ocorrem as extremas consequências da desigualdade econômica e social, produzidas pelas relações de produção capitalistas. Em outras palavras, o espaço urbano é, para o autor, o palco da guerra social, onde acontece a exploração em uma relação de hegemonia da propriedade privada dos meios de produção. Dessa forma, a cidade em si – espaço e materialidade da relação social – torna-se criadora de pobreza, tanto pela lógica do modelo socioeconômico, como por sua estrutura física. Portanto, ela faz dos trabalhadores, em geral habitantes das periferias, pessoas ainda mais pobres. Logo, a pobreza reflete não apenas o modelo socioeconômico vigente, mas também o modelo espacial (SANTOS, 2008).

É através das relações sociais capitalistas, ou seja, da vida cotidiana, que se compreende a dinâmica da produção social do espaço. Logo,

⁶ A pesquisa orientou-se pelo método dialético marxiano, cuja relação entre sujeito/objeto é articulada a uma perspectiva de totalidade. Nesta perspectiva, o objeto só pode ser compreendido se relacionado com suas condições históricas e materiais (MARX, 2013).

⁷ Na pesquisa de campo, foram investigados 52 moradores reassentados para o Conjunto Habitacional Antônio Vinagre, o que corresponde a 49,52% do total de famílias removidas para esse residencial pelo Promaben. Os critérios de seleção foram: ter sido reassentado pelo programa; ser responsável pela negociação do processo de reassentamento ou ser o familiar mais próximo (cônjuge ou filho, por exemplo) maior de 18 anos.

⁸ A coleta de dados, realizada em setembro e outubro de 2016, contou com a aplicação de formulário de pesquisa, contendo espaço para registro de falas dos moradores e observações do pesquisador. O morador investigado assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa *Impactos socioeconômicos do reassentamento de famílias no residencial Antônio Vinagre* foi registrada na Plataforma Brasil.

é no cotidiano que os “fluxos globais da divisão do trabalho e da acumulação e dominação capitalista se materializam, redefinem e embaralham os lugares e as fronteiras do espaço”, constituindo o que Cardoso (2012, p. 31) chama de: “cidade e campo; centro e periferia”. Algumas dessas áreas são chamadas, na Região Norte do país, de *baixadas*: espaços onde as famílias pobres constroem suas casas, conhecidas como *palafitas*⁹.

Engels (2015) já afirmava, no século XIX, que a nova estrutura urbana – voltada à infraestrutura – está relacionada ao novo papel que a cidade passou a assumir dentro da ordem capitalista, como local de produção e reprodução do capital. Nela, o Estado passou a promover intervenções urbanísticas para atender às necessidades das relações capitalistas. Para Lefebvre (2008), a cidade deve ser entendida, também, a partir da tendência de acumulação do capital, ou seja, como um lugar de produtores e consumidores, onde a urbanização é elemento essencial para a lógica da produção capitalista – diminuição dos tempos de produção e de circulação de mercadorias. Através dessa lógica, tudo se torna mercadoria, inclusive a terra:

Com a indústria, tem-se a generalização da troca e do mundo da mercadoria, que são seus produtos. O uso e o valor de uso quase desaparecem inteiramente, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso. Com tal generalização da troca, o solo tornou-se mercadoria; o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra. (LEFEBVRE, 2008, p. 83-84).

Assim, o solo urbano, que deveria ser um bem coletivo, passa a ser apropriado, não pelo seu valor de uso, mas pelo valor de troca, mesmo antes deste ser atribuído. Os valores dos serviços passam a ser medidos de acordo com a infraestrutura que o solo urbano possui (LOJKINE, 1997).

Diante das condições de reprodução da vida cotidiana, as frações da classe trabalhadora buscam, de diferentes maneiras, em diferentes espaços e épocas, iniciativas para satisfazer as necessidades de moradia. Em geral, ocupam espaços segregados e precários para a sua reprodução social, construindo suas casas individual ou coletivamente, ou, ainda, por meio de iniciativas estatais para construção de “casas populares” ou pelo processo de urbanização de assentamentos precários (RAMOS; SÁ, 2002, p. 151).

Segundo Denaldi (2009, p. 112 – grifos no original) os assentamentos precários são áreas que possuem uma ou mais das seguintes características:

irregularidade fundiária ou urbanística; deficiência de infraestrutura; perigo a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco; altos níveis

⁹ Para Abelém (1988), as baixadas são áreas alagadas ou alagáveis, que formam uma rede complexa de diversos tipos de relações (parentesco, amizade). Assim como as demais favelas do país, as baixadas são áreas de moradia da população pobre e, em geral, as casas são construídas com madeira, “suspensas por estacas (palafitas), pois é para onde se drena parte dos esgotos das áreas mais altas” da cidade (ABELÉM, 1988, p. 38).

de densidade dos assentamentos e das edificações; precariedade construtiva das moradias; enormes distâncias entre a moradia e o local de trabalho; sistemas de transportes insuficientes, caros e com alto nível de desconforto e insegurança; inexistência ou deficiência dos serviços públicos (saneamento, educação e saúde); conjunto de problemas sociais que configuram situações de extrema vulnerabilidade; domínio por uma ‘ordem’ baseada em violência.¹⁰

A escassez de habitação¹¹, compreendida como uma das expressões da questão social, logo, da questão da habitação, é produto necessário das relações contraditórias entre o capital e o trabalho (ENGELS, 2015). Como afirma Fernandes (2005), no Brasil, a habitação se apresenta como expressão da questão social, seja pela falta ou pelas agudas necessidades habitacionais, produto de uma forma perversa de intervenção econômica, social e política para a classe trabalhadora, que não tem acesso à terra, à casa e, muito menos, ao trabalho e à renda, tampouco ao poder político, mesmo em sua representatividade.

Segundo Lefebvre (2001, p. 117), o direito à cidade não pode ser concebido como uma visita ou retorno às cidades tradicionais, mas sim “formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”, o que implica, para Marx e Engels (1989), a superação das contradições de classes, ou seja, a superação da ordem burguesa. Por isso, deve-se manifestar como forma superior dos direitos: “direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 134 – grifo no original).

As habitações construídas, seja frente à situação de explosão da cidade, como ressalta Lefebvre (2008), seja em decorrência da perpetuação de planos governistas, possuem historicamente características precárias. Devido ao baixo poder financeiro, os “pobres nem mesmo permanecem nas casas que fazem ou lhes fazem”, [...], “não conseguem se manter por muito tempo nos terrenos que adquirem ou lhes dão”, não conseguem arcar com os serviços e taxas acrescidos em seu cotidiano. Como, então, podem “conciliar o direito à vida e as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho que tomam horas e horas?” E o direito ao entorno? E aos espaços públicos? (SANTOS, 2012, p. 63).

Assim, considera-se o direito à cidade como um direito coletivo em que a humanidade encontrar-se-ia livre de todas as obrigações e pressões do que é o trabalho no modo de produção capitalista (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 1999). Isso implicaria também nos “interesses gerais da civilização

¹⁰ Nesse sentido, os moradores da área da Estrada Nova em Belém, objeto da pesquisa, residiam em um tipo de assentamento precário.

¹¹ A partir da lógica capitalista, entende-se que a escassez de moradia é fundamental para que esse modo de produção sobreviva (MARX, 2013; ENGELS, 2015).

e os interesses particulares de toda as camadas sociais de ‘habitantes’” (LEFEBVRE, 2001, p. 139 – grifo no original).

Isso pode até ser utopia, mas “a utopia encontra-se no desejo e na realidade”, logo, “significa que é um processo real de construção social”, como afirma Lefebvre (1999, p. 72-73). Em outras palavras, implica dizer que a cidade que queremos não pode estar desvinculada do tipo de pessoas que queremos ser e do tipo de relações que buscamos – entre as pessoas e com a natureza. Significa que o direito à cidade é muito mais do que um direito ao acesso aos recursos que a cidade oferece, mas um direito humano de transformar a cidade de acordo com os desejos mais profundos, “como um corpo político socialista”: onde não exista a pobreza e a desigualdade social; onde a emancipação humana seja alcançada em sua totalidade (HARVEY, 2014, p. 247).

2 Impactos socioeconômicos na vida das famílias reasentadas para o Residencial Antônio Vinagre: desarticulação das estratégias de sobrevivência

A pesquisa, ao investigar os impactos socioeconômicos na vida das famílias reasentadas no Residencial Antônio Vinagre pelo Promaben, na cidade de Belém (PA), *identificou os seguintes resultados:*

Em relação às *condições de trabalho e renda*, a pesquisa demonstrou que um dos impactos mais significativos diz respeito aos moradores que desenvolviam atividades comerciais em sua antiga residência, pois antes do reassentamento essa atividade era desenvolvida por 38,5% dos moradores e, após o reassentamento, esse número diminuiu para 5,8%. Observou-se, durante a pesquisa de campo, que, apesar de o residencial possuir espaços que poderiam ser destinados ao trabalho dos moradores que trabalhavam em atividades comerciais/serviços em sua antiga moradia, as lojas encontravam-se fechadas. Segundo os moradores, desde o início do reassentamento as lojas permanecem fechadas. A justificativa dada pelo programa é de que não seria possível a realização de atividades comerciais/serviços, haja vista que muitas dessas atividades estavam relacionadas à venda de comidas e bebidas – inclusive alcólicas –, o que provocaria o intenso fluxo de pessoas e possivelmente a insegurança no local, já que as lojas se encontram na parte interna do residencial, próximas ao portão de acesso aos apartamentos.

Esse dado revela a contradição entre as medidas previstas nos documentos do Promaben, que afirmavam: “as atividades econômicas afetadas terão apoios específicos, no PDR¹², no âmbito dos Programas de Restabelecimento de Atividades Econômicas, e no Programa de Apoio a Inclusão Social – PAI” (BELÉM, 2007, p. 220).

¹² Plano Diretor de Relocalização de População e Atividades Econômicas.

Além disso, a PMB determinou o pagamento de um valor equivalente a R\$ 450,00, chamado de auxílio-comércio, na tentativa de mitigar a perda da renda das famílias que possuíam comércio/serviços antes do reassentamento. Contudo, além de o valor ser considerado insuficiente para o atendimento das necessidades das famílias, dos 38,5% de moradores reassentados que afirmaram possuir comércio em sua antiga casa, apenas 15,4% (8 moradores) afirmaram ter recebido o auxílio.

Outros 15,4% de moradores não receberam o valor, pois, segundo os relatos dos pesquisados, o programa justificou que durante a avaliação técnica a atividade comercial não estava em funcionamento ou que a área não podia ser avaliada como comercial. Isso indica um enorme impacto para as famílias, haja vista que é comum moradores de assentamentos precários destinarem um espaço de sua moradia para desenvolver algum tipo de atividade comercial/serviço. Isso ocorre porque, em geral, são famílias pobres, que não tiveram reconhecidos o direito à cidade, à escola, à saúde e ao trabalho. Dessa maneira, o imprevisto se torna regra, para que possam atender às necessidades mais imediatas e conseguir sobreviver na cidade (BOLETIM INFORMATIVO..., 2009).

Vale registrar que a cidade de Belém vivenciou, tal como ocorreu em várias cidades do Brasil, diversas intervenções urbanísticas em assentamentos precários. Nesses assentamentos, o poder público adotou práticas de remoção de famílias que provocaram prejuízos ao cotidiano dos moradores, principalmente no que diz respeito às estratégias de trabalho e renda, bem como acesso a serviços urbanos, conforme estudos de Abelém (1988), Costa et al. (2006), Trindade Jr. (1997), Souza (2011), entre outros.

Em se tratando da *renda*, a pesquisa demonstrou que antes do reassentamento mais da metade dos moradores (53,8%) estava na faixa salarial de 1 a 2 salários mínimos (SM), não sendo alterada após o reassentamento. Contudo, houve uma queda de 5% de moradores com renda entre 2 e 3 SM; um aumento aproximado de 4% de moradores com renda menor que 1 SM e um aumento de 2% de moradores sem renda.

Os dados da pesquisa evidenciaram também que uma parcela considerável dos moradores (40%) desenvolve alguma estratégia de renda para arcar com o custo de vida no novo espaço de moradia. As estratégias apontadas foram: venda de produtos em catálogo; venda de confecções, calçados e cosméticos; venda de alimentos (“chopp”¹³ e salgados por encomenda) e prestação de serviços (costura).

Logo, o indicador *condições de trabalho e renda* se apresenta como um dos mais importantes da pesquisa, se não o maior, visto que os dados apontam que o Promaben *não atendeu as condições de renda, no sentido de proporcionar melhorias, e ainda desarticulou as estratégias de trabalho* das famílias, isto é, os moradores não conseguem utilizar, no novo espaço

¹³ Essa palavra é usada para denominar o suco de frutas congelado e vendido em uma embalagem plástica.

residencial, as mesmas estratégias de sobrevivência que usavam nas baixadas. Esse indicador acerca da desarticulação das estratégias de trabalho foi identificado em outros estudos sobre os processos de remoções de famílias na cidade de Belém, conforme Ferreira Filho (2017)¹⁴, demonstrando a persistência de impactos socioeconômicos negativos na vida de famílias que são atingidas por projetos urbanísticos.

Dessa forma, compreende-se que seja imprescindível a participação da população nos projetos desde a sua concepção; a escolha do local do reassentamento deve se dar a partir das necessidades da população. Portanto, projetos urbanos habitacionais devem atender às particularidades da dinâmica local de trabalho dos moradores de assentamentos precários, buscando evitar “repetir erros clássicos, como por exemplo, a definição de formas de ocupação e de uso do espaço distanciada das necessidades e gostos característicos dos moradores em suas vidas cotidianas” (CARDOSO, 2010, p. 34).

Em relação às *condições de moradia*, os dados apontaram que houve melhorias habitacionais relacionadas especialmente a dois elementos: a) 28,8% dos moradores reassentados, que antes pagavam aluguel ou moravam em casas cedidas, passaram a ter acesso à casa mediante Registro do Termo Administrativo de Concessão de Direito Real de Uso para Fins de Moradia (CDRU); b) a parte física da residência (material de construção e área do residencial) foi aperfeiçoada, considerando que a área anterior de moradia era muito precária, sendo a maioria das casas construídas em madeira (46,2%) e cobertas com fibrocimento (40,4%), em áreas que sofriam com as constantes inundações (73,1%). Por sua vez, no residencial a construção é de alvenaria, os apartamentos são padronizados e todos possuem cinco cômodos (uma sala, uma cozinha – com uma pequena área de serviço – um banheiro e dois quartos), o que foi considerado positivo pelos moradores.

Contudo, apesar da melhora na residência, os moradores ressaltaram a insatisfação com a baixa qualidade dos materiais utilizados na construção, além da verticalização da moradia, insuficiência no tamanho e no número de cômodos e falta de quintal e áreas para expandir a casa, o que era importante na residência anterior, posto que as famílias construía novos cômodos para abrigar os membros da família.

Pode-se inferir que, embora os projetos de intervenção tragam como proposta a melhoria das condições de moradia, “esta não se constitui enquanto política habitacional, sendo entendida apenas como consequência da intervenção urbanística” (CRUZ, 2012, p. 290). Assim, intervenções como o Promaben, para atender à lógica da cidade formal, desconsideram as parti-

¹⁴ Ferreira Filho (2017) investigou 30 produções acadêmicas que analisaram os impactos socioeconômicos e culturais das intervenções urbanísticas na Região Metropolitana de Belém com reassentamento e remanejamento de famílias. O indicador *desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias* foi identificado em 20 das 30 produções pesquisadas, sendo um impacto negativo na vida dessas famílias removidas.

cularidades regionais e familiares (SANTANA; PERDIGÃO, 2010), mas garantem as exigências do capital, que se baseiam na economia de custos na produção de moradia popular, através da padronização do tamanho e dos arranjos internos – impedindo, por exemplo, a ampliação das residências por autoconstrução e o desenvolvimento de atividades econômicas (ROLNIK, 2015; VOLOCHKO, 2015).

Quanto à *disponibilidade de serviços urbanos*, a pesquisa demonstrou que a mudança para o residencial trouxe melhoras no serviço de esgotamento sanitário, haja vista que, apesar de todas as antigas residências possuírem banheiros, 23,1% eram construídos na área externa da casa; 52% possuíam escoamento para fossas rudimentares (sem tratamento de esgoto); 25% com escoamento para o canal e 11,5% para a vala a céu aberto, o que provocava, além do odor, riscos à saúde. Registra-se que alguns moradores afirmaram que não possuíam privacidade, pois os banheiros eram compartilhados entre várias famílias.

Com relação ao serviço de abastecimento de água, os dados demonstram que houve aumento nos gastos com a taxa de água, pois, na antiga residência, a maioria dos moradores (26,9%) afirmou que a taxa era abaixo de R\$ 15,00, enquanto que, na nova residência, a maioria dos moradores (28,8%) respondeu pagar a taxa no intervalo entre R\$ 21,00 a R\$ 30,00.

Em relação aos gastos com o serviço de energia, os dados demonstram que, na antiga residência, a maioria das famílias (71%) tinham um custo abaixo de R\$ 100,00. Após o reassentamento, 75% das famílias afirmou pagar a taxa de energia elétrica acima de R\$ 100,00, demonstrando *aumento no gasto mensal com esse serviço*.

Outros estudos realizados por pesquisadores acerca da realidade de Belém identificaram que o aumento nos gastos com esses serviços (água e energia) é apontado como um dos impactos socioeconômicos mais negativos em consequência de intervenções urbanísticas que envolvem remoções de famílias. Como demonstrado nos estudos de Souza (2011) e Ferreira Filho (2017), as famílias, antes inseridas na lógica da cidade “informal”, possuem dificuldades de garantir o pagamento de taxas e serviços urbanos, pois a realidade da moradia em conjuntos habitacionais requer alguns gastos que não cabem no orçamento de famílias pobres. Conforme Santos (2008), o Estado remove famílias para espaços que as empobrecem ainda mais, diante da necessidade de pagarem mais caro pelos bens e serviços indispensáveis à reprodução social. Isso demonstra, seguindo as argumentações de Lojkine (1997), Lefebvre (2001) e Harvey (2005), que o direito de morar está distante da realidade das famílias reassentadas pelo Promaben.

Em relação aos *espaços de participação no programa e percepção do morador*, a investigação revelou que a maior parte dos moradores (76,9%) respondeu que participou do processo de Planejamento do Reassentamento, através de reuniões (63,5%) ou assembleias, audiências, cursos e oficinas

(11,4%), avaliando essa participação de forma positiva (44,2%). Por sua vez, mediante relatos, os moradores indicaram que sua participação foi *limitada e passiva* através de reuniões meramente informativas, nas quais os técnicos do programa apenas apresentavam as decisões do projeto: “Não deram ouvido!” (Morador C); “A Prefeitura apenas apresentava o projeto [...] já discutido entre eles e aprovado pelo Banco” (Morador D); “Projeto mal elaborado!” (Morador E); “A Prefeitura não deu outra opção!” (Morador F).

Esses dados confirmam que a participação dos moradores nos processos decisórios ainda é uma variável evidenciada como indicador de impactos negativos no processo de reassentamento, pois não há espaços efetivos de decisão. Isto é, a participação não acontece no sentido de construir e planejar, mas apenas no de ouvir decisões de um processo em andamento que afeta diversas vidas¹⁵. Portanto, o que se vê é um processo de minimização de direitos sociais e descaracterização da participação democrática, como assinalaram Moura, Santana e Sá (2010).

A pesquisa buscou averiguar alguns elementos da *percepção do morador* sobre impactos positivos e negativos do processo de reassentamento¹⁶, sistematizados no Quadro 1.

O Quadro 1 demonstra, em relação aos indicadores de impactos socioeconômicos, que: em condições de trabalho/renda; condições de moradia; disponibilidade de serviços urbanos sociais e sociabilidade, destacam-se as respostas dos moradores concernentes às variáveis negativas, com maior enfoque nas referentes às condições de trabalho e renda, sendo as mais expressivas o *aumento das taxas de energia e água, aumento do custo de vida e perda das atividades de trabalho*. Essas variáveis representam uma tendência de impactos socioeconômicos articulada a uma lógica de atendimento e defesa da ordem burguesa, haja vista que o Promaben, assim como outros programas de intervenção apoiados por agências internacionais de financiamento, como o BID, concebe a política urbana através da formulação e disseminação do modelo de gestão de cidades, que contribui na ampliação e negação do direito à cidade às frações de classe trabalhadora, como assinalou Santana (2012).

O *encarecimento da vida das famílias*, que dificulta o cotidiano dos moradores no pagamento de taxas e impostos, prejudica também a administração/organização do espaço de moradia, pois, como ressalta Volochnko (2015, p. 1110), ao ser reassentado para conjuntos habitacionais, o morador é visto como consumidor que precisa elevar seu padrão de vida, se enquadrando no *status* de consumidor próprio da lógica capitalista.

¹⁵ Alguns moradores destacaram também que sentiram dificuldade para se adaptar no conjunto habitacional e informaram que a Prefeitura realizou alguns encontros no residencial. Porém, esses encontros aconteceram apenas no início do processo de reassentamento e não tiveram êxito, pois, como relatado, as reuniões eram apenas para realizar registros fotográficos das pessoas e do espaço.

¹⁶ Ressalta-se que as respostas eram de múltipla escolha.

Quadro 1 – Sistematização dos indicadores de impactos

INDICADORES DE IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS	VARIÁVEIS POSITIVAS	FREQ.	VARIÁVEIS NEGATIVAS	FREQ.	
Condições de trabalho/renda	Conseguiu atividade de trabalho	5	Perda da atividade de trabalho	14	
	Diminuição da taxa de energia	4	Aumento da taxa de energia	34	
	Diminuição da taxa de água	3	Aumento da taxa de água	25	
	Distância entre a moradia e o trabalho	3	Distância entre o trabalho e a nova moradia	13	
	Diminuição do custo de vida	1	Aumento do custo de vida	32	
	Recursos para modificar/melhorar a nova moradia	1	Falta de recursos para modificar os espaços	14	
	-	-	Outros	7	
Condições de moradia	Nº de cômodos suficiente	16	Nº de cômodos insuficiente	14	
	Qualidade construtiva dos prédios	10	Qualidade construtiva dos prédios	21	
	Tamanho dos cômodos	10	Tamanho dos cômodos	14	
	Ventilação apropriada	10	Ventilação inapropriada	9	
	Outros	15	Outros	2	
	Disponibilidade de serviços urbanos sociais	Segurança	15	Insegurança	23
Acesso a escolas		15	Dificuldade de acesso a escolas e transportes	1	
Acesso a postos de saúde		13	Dificuldade de acesso a postos de saúde	4	
Acesso a lazer		12	Dificuldade de acesso ao lazer	9	
Sociabilidade		Relação de vizinhança	7	Relação de vizinhança	19
		Relação familiar	5	Quebra de laços familiares	10

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Em síntese, os dados da pesquisa revelam que os principais impactos socioeconômicos do processo de reassentamento realizado pelo Promaben referem-se à *desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias*, expressa nas seguintes variáveis destacadas: queda nos trabalhos relacionados ao comércio e serviços (17,4%); remoção da atividade comercial/serviço desenvolvida na antiga residência (38,5%); perda da atividade de trabalho (27%); estabelecimentos comerciais/serviços não indenizados (15,4%); não continuidade do comércio/serviço na nova moradia (32,7%); e necessidade de realizar alguma estratégia de renda (23%). Essa realidade demonstra que a luta de classes se reproduz e se inscreve como uma particularidade no espaço urbano, sobretudo, pela afirmação pessoal de indivíduos, colocados à margem da vida econômica e política, o que revela a dimensão fundamental da expressão da questão social (ENGELS, 2010; LEFEBVRE, 2001).

Assim, a pesquisa sobre o reassentamento de famílias para o Conjunto Antônio Vinagre evidencia que a mudança residencial significou melhorias nas condições físicas da moradia, muito especialmente em relação ao acesso ao saneamento básico, mas *esta mudança não significou melhorias para as condições de trabalho e renda do morador; ao contrário, o reassentamento realizado pelo Promaben teve por consequência a desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias.*

Desse modo, *o reassentamento não alterou a condição de subalternidade do morador trabalhador*, isso porque a produção e uso da cidade condiz diretamente com a divisão social do trabalho no espaço. Logo, *apenas a alteração do lugar de moradia dos trabalhadores não altera sua condição de sobrevivência enquanto classe trabalhadora, pois as condições de renda permanecem as mesmas da área anterior ou chegam a piorar. Além disso, os moradores não conseguem utilizar, no novo espaço residencial, as mesmas estratégias de sobrevivência que usavam no assentamento precário, neste caso, na baixada.*

Considerações finais

Na cidade capitalista, a habitação se torna mercadoria e seu acesso é determinado pelo potencial de compra do consumidor, o que influencia na produção seletiva e segregada das moradias, determinando sua precariedade, escassez e até mesmo inexistência para as frações da classe trabalhadora mais empobrecidas (LOJKINE, 1997; ENGELS, 2010, 2015; LEFEBVRE, 2008).

Nesse sentido, compreende-se que o Estado, como mediador das relações sociais de produção, materializa, através de intervenções urbanas, práticas de segregação socioespaciais (LEFEBVRE, 2001; ENGELS, 2015). Isso porque ação estatal é “a forma mais elaborada e mais desenvolvida, da resposta capitalista à necessidade de socialização das forças produtivas” (LOJKINE 1997, p. 190-191).

Conforme os dados apresentados, o Promaben se constitui na mais recente intervenção urbana na capital paraense e segue as orientações do modelo de gestão de cidades – difundidas pelas agências multilaterais de crédito, nesse caso o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) –, que, para garantir a execução das obras de infraestrutura física, visando ao embelezamento da cidade e à atração do grande capital, adota a remoção de famílias.

De acordo com os dados apresentados, *o reassentamento de famílias para o Conjunto Residencial Antônio Vinagre, realizado pelo Promaben, provocou a desarticulação nas estratégias de sobrevivência dos moradores*, indicando que a relação entre o direito à moradia e o direito ao trabalho ainda reflete o papel desigual que desempenham as práticas de segregação socioespacial na conformação da vida urbana e nas condições de reprodução social da classe trabalhadora (CARDOSO, 2010; CRUZ, 2012). O reassentamento permitiu o acesso à casa, mas não às condições socioeconômicas de permanecer nela (SANTOS, 2012). Apesar da nova casa, “o morador segue sendo pobre em termos de conteúdo de apropriação dos direitos sociais e serviços urbanos”, ou seja, trata-se de uma reprodução das desigualdades socioespaciais em um novo local (VOLOCHKO, 2015, p. 122), uma nova precarização das condições de vida.

Como assinalou Santana (2012, p. 28), os profissionais envolvidos nos projetos urbanísticos, dentre eles os/as assistentes sociais, precisam encarar “a difícil tarefa de contribuir com a remoção dos pobres, mesmo tendo clareza que esse processo vai de encontro aos avanços referentes aos direitos de cidadania”. Assim, pesquisas dessa natureza se apresentam como um desafio para a formação e o trabalho profissional dos/as assistentes sociais, especialmente os que atuam na política urbana habitacional, considerando a perspectiva de luta pela democratização das políticas públicas, bem como a construção do direito à cidade em nova ordem societária.

Contudo, é importante registrar que as relações sociais, sob dominação capitalista, destroem as possibilidades democráticas e civilizatórias do urbano, e, por outro lado, revelam seus limites e as novas possibilidades do pensamento e da ação (CARDOSO, 2012). Em vista disso, o direito à cidade só poderá ser alcançado quando houver superação da ordem capitalista. Para tanto, é necessária a superação da propriedade privada, da divisão do trabalho e das instituições políticas, ou seja, de todas as formas de alienação humana (MARX, 1989).

Por isso a importância da relação entre “conhecimento teórico e realidade empírica do universo urbano, social e institucional”, para que se redefinam técnicas, programas e instrumentos que possam constituir uma ação de resistência, pois, “o conhecimento é um antídoto necessário para o desmonte da representação ideológica e para o fornecimento de uma base científica para a ação” (MARICATO, 2002, p. 173-186) e transformação.

Referências

ABELÉM, A. G. *Urbanização e remoção: por que e para quem?* Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1988.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Brasil – Programa de Saneamiento de la Cuenca Estrada Nueva – Promaben (BR- L1065). *Propuesta de préstamo*. 2009a. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em: 6 maio 2011.

_____. *Anexo único* – Promaben. 2009b. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em: 6 maio 2011.

BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém. Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN. *Relatório de impacto ambiental*. Tomo 1/2. 2007. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben). Subcoordenação Social. *Resposta ao Ofício nº 18/2016 (07 de junho de 2016)*. Belém, 2016.

BOLETIM INFORMATIVO Nova Cartografia Social da Amazônia. Nossas vidas, nossos direitos: Portal da Amazônia, ano 2, n. 3, agosto de 2009. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. (Coord.). *Projeto nova cartografia social da Amazônia*. Manaus: PPGAS/UFAM, 2009.

CARDOSO, I. C. da C. Trabalho e cidade em tempos de “exceção”: políticas de trabalho ou gestão da pobreza? In: GOMES, M. DF. C. M.; BARBOSA, M. J. S. (Org.). *Cidade e sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência*. Rio de Janeiro: Terra Vermelha, 2010.

_____. Cidade capitalista e política urbana no Brasil do século XXI: como pensar a realidade periurbana? In: SANTANA J. V.; HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. do S. F. de (Org.). *A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia*. Belém: Ed. UFPA, 2012.

CARDOSO, W. S. *Adensamento socioespacial nos assentamentos precários em Belém/PA: indicadores socioespaciais urbanos*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

COSTA, M. das G. F. et al. (Org.). *Impactos sócio-econômicos do Projeto de Macrodrenagem: o reassentamento CDP e os rebatimentos diferenciados em homens e mulheres*. Belém: Editora Graphitte, 2006.

CRUZ, S. H. R. *Grandes projetos urbanos, segregação social e condições da moradia em Belém e Manaus*. 2012. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

DENALDI, R. Assentamentos precários: identificação, caracterização intervenção. In: ROSA, J. S; DENALDI, R. (Orgs.). *Curso a distância: planos locais de habitação de interesse social*. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2009.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERNANDES, L. L. Trabalho social e habitação para população de baixa renda: desafios a uma ação profissional democrática no início do século XXI. In: GOMES, M. F. C. M.; PELEGRINO, A. I. C. (Org.). *Política de habitação popular e trabalho social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FERREIRA FILHO, S. L. C. *Impactos socioeconômicos e culturais em famílias atingidas por projetos urbanísticos na Região Metropolitana de Belém – PA* evidenciados em estudos acadêmicos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Cidades rebeldes*. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). *A cidade do pensamento único*. Desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. *O impasse da política urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MARX, K. Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana (Manuscritos Econômicos e Filosóficos, 1844). In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx e Engels*. História. São Paulo: Ática, 1989.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013

MARX, K.; ENGELS, F. A história dos homens (extrato da Ideologia Alemã). In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx e Engels*. História. São Paulo: Ática, 1989.

MOURA, A.; SANTANA, J. V.; SÁ, M. E. R. Projeto “Portal da Amazônia” (Belém-PA); entre o embelezamento de cidades e as expectativas dos mo-

radadores pelo uso do espaço infraestruturado. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, ano 34, n. 121, 2010.

RAMOS, M. H. R.; SÁ, M. E. R. A avaliação da política de habitação popular segundo critérios de eficácia societal. In: RAMOS, M. H. R. (Org.). *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTANA, J. V. Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 15, n. 1, jan./jun., 2012.

SANTANA, J. V.; PERDIGÃO, A. K de A. V. *Avaliação de práticas habitacionais pós-remanejamento: área CDP (Belém/PA) 10 anos depois*. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, ABEPSS, 2010. 1 CD-ROM.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2012.

SOUZA, A. K. de. *Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional: análise sobre a (im)permanência dos moradores na área*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. da. *Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém*. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

VOLOCHKO, D. Nova produção das periferias urbanas e reprodução do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Crise urbana*. São Paulo: Contexto, 2015.

DOI: 10.12957/rep.2018.36701

Recebido em 31 de novembro de 2017.

Aceito para publicação em 04 de abril de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.